



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

Nota	2016	2015	Nota	2016	2015
ATIVO					
Circulante					
4	3.505.245	2.419.962	14	15.012.011	43.760.776
5	1.092.331	3.564.116	15	9.552.456	10.473.762
6	2.474.717	4.177.822		915.782	729.010
Adiantamentos a funcionários	2.080.543	2.043.442		7.173.962	6.975.047
Estoques	53.783	52.216		2.321.106	1.774.331
Depósitos realizáveis a curto prazo	362.128	135.936		4.996.159	1.588.901
Despesas antecipadas	7.593	5.054		18.302	7.947
	9.576.339	12.398.548		39.989.778	65.309.776
Não circulante					
9	13.789.382	20.326.756	14	28.020.073	42.126.874
10	13.504.046	11.811.880	15	38.173.633	45.771.591
11	93.917	90.060	16	68.820.068	127.702.890
12	6.307.896	6.408.421	17	42.722.103	43.214.720
	33.695.240	38.637.117		0	0
				177.735.878	258.816.074
TOTAL DO ATIVO					
	43.271.579	51.035.665		43.271.579	51.035.665
PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos					
Parcelamentos fiscais					
Fornecedores e credores					
Provisão de férias					
Consignações					
Encargos sociais e tributos a recolher					
Outras contas a pagar					
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos					
Parcelamentos fiscais					
Provisão contingência					
Obrigações - Entidades extintas					
Outras Obrigações					
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)					
Capital social					
Adto. P/ Fut. Aum. Capital (AFAC)					
Prejuízos acumulados					
18.1	261.226.965		18.1	261.226.965	261.226.965
18.2	118.121.700		18.2	118.121.700	67.135.439
18.3	(553.802.742)		18.3	(553.802.742)	(601.452.589)
	(174.454.077)			(174.454.077)	(273.090.185)
TOTAL DO PASSIVO					
	43.271.579	51.035.665		43.271.579	51.035.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Penambuco Participações e Investimentos S/A
Dr. João Lacarda, 395, Candeia, Recife - PE
CNPJ: 02.534.914/0001-68
CEP: 50.711-290 Telefone: 81.3164.5000
www.perpart.in.br

Abílio Xavier
Diretor Financeiro e
de Investimentos
Matr. 0825.3

Roberta Aquino
Diretora de Administração
Matr. 0825.3



Carlos Montarroyos
Superintendente - SCF
Matr. 9586-9
VENPACT

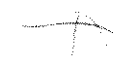
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercícios findos em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

	Nota	2016	2015
Receita Operacional Líquida	19	5.784.685	5.413.160
Custos das unidades imobiliárias vendidas		-	-
Lucro bruto		5.784.685	5.413.160
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas		(86.768.994)	(82.109.116)
Reversão/ Provisões de Contingência		58.882.821	18.540.209
Reversão/Provisões de Perdas Estim. s/Créd. a receber		(3.325.417)	(1.461.150)
Transferências líquidas do Tesouro Estadual		82.022.969	86.904.711
Outras despesas operacionais		(5.071.078)	(5.108.072)
Outras receitas operacionais		1.796.749	259.380
Lucro operacional antes de participações societárias e do resultado financeiro		53.321.735	22.439.122
Resultado financeiro	20		
Despesas financeiras		(6.296.589)	(9.182.673)
Receitas financeiras		618.337	47.268
Lucro líquido do exercício		47.643.483	13.303.717
Lucro por ação no final do exercício		188	52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Roberta Aquino
 Diretora de Administração
 e Planejamento
 Matr. 9616-4


Abílio Xavier
 Diretor Financeiro e
 de Investimentos
 Matr. 9825-7


Carlos Montarroyos
 Superintendente
 Matr. 9825-7

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

	2016	2015
Resultado do exercício	47.643.484	13.303.717
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	47.643.484	13.303.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Roberta Aquino
 Diretora de Administração
 e Planejamento
 Matr. 9616-4


Abílio Xavier
 Diretor Financeiro e
 de Investimentos
 Matr. 6835-2


Carlos Montarroyos
 Superintendente
 Matr. 6835-3



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Exercícios findos em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

	Nota	Capital social	Ajuste de Av. Patrimonial	Prejuízos acumulados	AFAC - Adto. Fut. Aum. Capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014		192.956.591	6.097.170	(614.734.884)	68.270.374	(347.410.749)
Integralização do Capital Social		68.270.374	-	-	(68.270.374)	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	67.135.439	67.135.439
Reversão da Reserva de Capital		-	-	-	-	-
Transferência da Reserva Reavaliação Realizada		-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	(21.422)	-	(21.422)
Ajuste de Av. Patrimonial		-	(6.097.170)	-	-	(6.097.170)
Lucro do Exercício		-	-	13.303.717	-	13.303.717
Saldo em 31 de dezembro de 2015		261.226.965	-	(601.452.589)	67.135.439	(273.090.185)
Integralização do Capital Social	18.1	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18.2	-	-	-	50.986.261	50.986.261
Reversão da Reserva de Capital		-	-	-	-	-
Transferência da Reserva Reavaliação Realizada		-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	6.363	-	6.363
Ajuste de Av. Patrimonial		-	-	-	-	-
Lucro do Exercício		-	-	47.643.484	-	47.643.484
Saldo em 31 de dezembro de 2016		261.226.965	-	(553.802.742)	118.121.700	(174.454.077)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Abílio Xavier
Diretor Financeiro
de Investimentos
Matr. 9835-3

Pernambuco Participações e Investimentos S/A
Dr. João Lacerda, 395, Cordeiro, Recife - PE
CNPJ 02.534.914/0001-68
CEP: 50 711-280 Telefone 51.3184.5000
www.perpart.pe.gov.br

Roberta Aquino
Diretora de Administração
e Planejamento
Matr. 9816-4

Carlos Montarroyos
Superintendente - SCF
Matr. 9586-9



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

	Nota	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do exercício		47.643.484	13.303.717
Ajustes:			
Depreciação		104.137	1.729.514
Provisão de Férias		198.916	559.285
Reversão das (Constituição das) Provisões para Contingências		(61.850.361)	(18.540.210)
Ajustes de Exercícios Anteriores		(6.363)	21.421
(Reversão) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa		3.325.417	1.461.150
Ajuste a valor justo		(6.203.162)	(6.097.170)
		(16.787.932)	(7.562.293)
(Aumentos) Reduções dos Ativos Operacionais:			
Créditos a Receber		2.471.785	1.636.802
Tributos a Compensar e/ou Recuperar		1.703.104	(5.877)
Adiantamentos a Funcionários		(37.101)	(51.619)
Estoques		(1.567)	9.258
Depósitos Judiciais		6.311.182	3.827.367
Despesas Pagas Antecipadamente		(2.539)	3.468
		10.444.864	5.419.399
Aumentos (Reduções) dos Passivos Operacionais:			
Fornecedores e Credores		186.772	689.851
Salários e Consignações a Pagar		546.775	1.946
Encargos Sociais e Tributos a Recolher		3.407.258	1.588.901
Outras Contas a Pagar		10.354	2.079
Outras Obrigações		-	-
		4.151.159	2.282.777
CAIXA GERADO/(APLICADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		(2.191.909)	139.883
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Baixas de Investimentos		-	5.714.711
Bens Móveis adquiridos		(32.061)	(2.587)
Outros Investimentos		(1.696.022)	(11.787.907)
CAIXA GERADO/(APLICADO) - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
		(1.728.083)	(6.075.783)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Atualização dos Financiamentos		1.074.851	1.899.239
(Amortização) de Financiamentos		(43.813.874)	(60.503.801)
(Amortização) de Parcelamentos Fiscais		(7.004.586)	(6.216.879)
Atualização de Parcelamentos Fiscais		3.762.622	4.256.441
Créditos para aumento de Capital		50.986.261	(1.134.934)
Aumento de Capital		-	68.270.373
CAIXA (GERADO)/APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
		5.005.275	6.570.439
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		1.085.283	634.539

 **Abílio Xavier**
Diretor Financeiro e
de Investimentos
Matr. 0825.0

 **Roberta Aquino**
Diretora de Administração
e Planejamento
Matr. 9616-4

PERPART - Pernambuco Participações e Investimentos S/A
Rua da Liberdade, 225 - Embaixada - Recife - PE
CEP: 51.034-914/0001-68
FONE: (51) 3184-5000 Telex: 51.034-5000
www.pernpart.pe.gov.br



 **Carlos Montarroyos**
Superintendente
Matr. 0000-0

DEMONSTRAÇÃO (DO AUMENTO) DA REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.419.962	1.785.423
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.505.245	2.419.962
	1.085.283	634.539

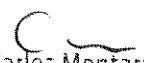
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Roberta Aquino
 Diretora de Administração
 e Planejamento
 Matr. 9616-4



Abílio Xavier
 Diretor Financeiro e
 de Investimentos
 Matr. 9835-3

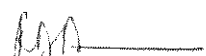


Carlos Montarroyos
 Superintendente - SCF
 Matr. 9835-5

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

	2016	2015
(1) RECEITAS	2.516.428	4.662.505
(1.1) Venda de serviços	6.273.704	5.864.275
(1.2) Outras receitas	1.796.749	259.380
(1.3) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	(5.554.025)	(1.461.150)
(2) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(50.954.715)	(11.819.129)
(2.1) Materiais, energia, serviços de terceiros	12.211.412	12.705.836
(2.2) Perda (recuperação) de valores ativos	(63.166.127)	(24.524.965)
(3) VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	53.471.143	16.481.633
(4) DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	104.137	1.729.514
(5) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	53.367.006	14.752.120
(6) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	82.641.306	86.951.980
(6.1) Receitas financeiras	618.337	47.269
(6.2) Transferências intragovernamentais recebidas	82.022.969	86.904.711
(7) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	136.008.312	101.704.099
(8) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	136.008.312	101.704.099
(8.1) Pessoal	77.681.245	78.191.823
(8.1.1) Remuneração e encargos	76.126.264	76.997.360
(8.1.2) Benefícios	1.554.980	1.194.462
(8.2) Impostos, taxas e contribuições	802.953	1.001.387
(8.3) Remuneração de capitais de terceiros	9.880.630	9.207.173
(8.3.1) Despesas financeiras	6.296.589	9.182.673
(8.3.2) Aluguéis	-	-
(8.3.3) Transferências intragovernamentais concedidas	3.584.041	24.500
(8.4) Remuneração de capitais próprios	47.643.484	13.303.717
(8.4.1) Lucros retidos/Prejuízo do exercício	47.643.484	13.303.717

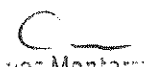
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Roberta Aquino
 Diretora de Administração
 e Planejamento
 Matr. 9616-4



Abílio Xavier
 Diretor Financeiro e
 de Investimentos
 Matr. 9835-3


Carlos Montarros
 Superintendente de SCF
 Matr. 9835-3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em Reais (sem centavos)

1. Contexto Operacional

A Pernambuco Participações e Investimentos S/A (Perpart) é uma companhia fechada de economia mista de capital autorizado de R\$ 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões de reais), dependente de recursos do Tesouro Estadual, criada pela Lei Estadual nº 11.314, de 29 de dezembro de 1995, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 19.243, de 07 de agosto de 1996, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 20.510, de 30 de abril de 1998, Lei Estadual nº 11.671, de 27 de setembro de 1999, e Decreto nº 21.723, de 27 de setembro de 1999, estando vinculada à Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco (SAD-PE).

A Companhia tem como objeto social: (a) geração e gestão de recursos para alocação em investimentos públicos no Estado de Pernambuco e a administração dos créditos, direitos e obrigações decorrentes da incorporação de outras empresas públicas e sociedades de economia mista, das quais o Estado de Pernambuco detenha o controle acionário; (b) participação no capital de outras sociedades, públicas e privadas, como sócia ou acionista, bem como a promoção de projetos especiais de interesse do Estado, por meio da prestação de apoio técnico, econômico-financeiro e de gestão administrativa; (c) incremento e participação de investimentos e empreendimentos produtivos destinados à geração de empregos e ao fortalecimento da economia do Estado de Pernambuco; (d) prestação de serviços especializados de consultoria em tecnologia da informação; (e) comercialização dos bens imóveis e equipamentos comunitários remanescentes dos conjuntos habitacionais da extinta Cohab-PE; (f) alienação de bens móveis e imóveis das empresas incorporadas que não se destinem ao ativo permanente da sociedade; e (g) realização de atividades relacionadas a treinamento, capacitação e educação corporativa.

2. Bases de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas que compreendem, as normas vigentes contidas na legislação societária brasileira e o pronunciamento sobre Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade plena com o Pronunciamento Técnico Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, denominado de CPC PME (R1), regulamentado através da Resolução do CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 e, de forma complementar, com as orientações emitidas pelo Comitê de Orientações Técnicas (Cotec), do Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco (GTCon Estatais), com alcance entre as estatais dependentes do Tesouro Estadual, atendendo ao que dispõe o Decreto Estadual nº 41.747, de 21 de maio de 2015.

Em conformidade com o disposto no art. 180 da Lei Estadual nº 7.741, de 23 de outubro de 1978, denominado de Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco, os ativos e os passivos dos Fundos Especiais operacionalizados pela Perpart foram registrados em contas específicas e sintéticas de compensação, descritas na Nota 21.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados em reais, que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua, denominada de moeda funcional.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com a norma IFRS para PMEs (NBC TG 1000) determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas

contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: estimativa para crédito de liquidação duvidosa, redução dos valores de recuperação dos ativos, e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

3. Principais Políticas Contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros disponíveis para venda e (b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

a) Ativos financeiros disponíveis para venda - quando aplicáveis são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercado ativo ou não cotadas em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente. b) Empréstimos e recebíveis - são incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. No caso da Companhia compreendem: b.1) Caixa e equivalentes de caixa - são representados por caixa e recursos em contas bancárias de livre movimentação. b.2) Contas a receber de clientes - são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa, conforme nota explicativa nº 05. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais pois a empresa realiza a totalidade de suas vendas de serviços para recebimento imediato. b.3) Estimativa para créditos de liquidação duvidosa - as contas a receber que possuam evidências objetivas que demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial desse ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros, são estimadas. A Administração avalia periodicamente a estimativa para créditos de liquidação duvidosa, considerando, o nível de atraso dos créditos a receber. Os valores com mais de 120 dias de vencidos são objeto de estimativas para perdas, funcionando como redutora dos recebíveis.

3.1.2. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (*impairment*). São assim considerados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por financiamentos (créditos habitacionais e parcelamentos fiscais) e fornecedores. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. São mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

3.2. Estoques

O estoque é composto exclusivamente por materiais destinados ao consumo, sendo demonstrado pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, dos dois o menor e estão classificados no ativo circulante.

3.3 Propriedade para Investimento

É representada por terrenos e edificações, na sua grande maioria originários das incorporações das extintas Companhia de Habitação do Estado de Pernambuco (Cohab-PE) e Companhia de Abastecimento e de

Armazéns Gerais do Estado de Pernambuco (Ceagepe), localizados por todo o território do Estado de Pernambuco, concentrando apenas 20% das unidades na Região Metropolitana do Recife.

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição, e por opção da Companhia, avaliadas a cada encerramento de exercício pelo valor justo.

3.4. Imobilizado

3.4.1. Registrados ao custo histórico, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução do valor recuperável (se aplicável). A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota nº 12.3. A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. 3.4.2. Considerando que a data base para a adoção inicial da Lei nº 11.638/07, foi o exercício encerrado em 31/12/2010, e a opção pelo uso do custo atribuído deveria refletir a posição em 31/12/2009 e 01/01/2009, a Companhia mesmo realizando a revisão dos custos históricos dos bens e identificando ativos substancialmente abaixo dos seus valores justos, não procedeu aos lançamentos necessários devido a impraticabilidade de elaborar avaliações dos ativos que retroagissem às datas bases comparativas. Os valores justos dos imobilizados encontram-se descritos na Nota nº 12.1.

3.5. Cessão de imóveis

A Perpart possui a propriedade de 330 imóveis transferidos através de cessões, assim distribuídos: 02 imóveis (dois) cedidos à União, 152 (cento e cinquenta e dois) ao Estado de Pernambuco, 84 (oitenta e quatro) entre municípios pernambucanos e 92 (noventa e dois) a entidades sem fins lucrativos. A Companhia após ceder os respectivos imóveis, passa a não possuir qualquer nível de gerência sobre esses, mantendo apenas a propriedade, e não se credita dos benefícios econômicos gerados ou potenciais, não atendendo desta forma a definição de ativo contida nos normativos e legislação específicos da contabilidade societária, sendo então controlados apenas de forma extra contábil.

3.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os bens do imobilizado e investimentos são avaliados pela Companhia a cada encerramento de exercício para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicativas que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.7.1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8. Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a seção 7 do CPC PME (R1), regulamentado através da Resolução do CFC nº 1.255/09, que trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não é requerida pelo CPC PME (R1), sendo apresentada de forma suplementar pela Companhia por entender relevante evidenciar a riqueza criada durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*). A DVA foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Em milhares de Reais	31/12/2016	31/12/2015
Bancos conta correntes	485.064	569.952
Numerários	3.020.181	1.850.009
Total de caixa e equivalente de caixa	3.505.245	2.419.962

5. Créditos a Receber

Em milhares de Reais	Item	31/12/2016		31/12/2015	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Créditos junto as Usinas	(a)				
Cia. Usina Bulhões		-	664.429	-	664.429
Usina Bom Jesus		-	774.878	-	774.878
Usina Pumaty		-	2.869.121	-	2.869.121
Usina Maravilha S/A		-	1.449.984	-	1.449.984
Usina Salgado		-	1.063.475	-	1.063.475
Usina Cruangy S/A		-	1.506.062	-	1.506.062
Usina Barão de Suassuna		-	724.973	-	724.973
Sub-total 01		-	9.052.924	-	9.052.924
Créditos das entidades extintas	(b)				
Cohab		-	111.074	-	111.074
Emater		-	246.740	-	253.932
Fisepe		1.311.557	-	1.311.557	-
Ceagepe		2.076.659	1.016.726	2.076.659	1.016.726
Emtu		1.051.189	5.000.000	1.051.189	5.000.000
Sub-total 02		4.439.405	6.374.540	4.439.405	6.381.732
Créditos da Perpart	(c)				
Faturas a receber		4.405.273	-	3.544.449	-
Outros créditos		-	-	-	-
Sub-total 03		4.405.273	-	3.544.449	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(d)	(7.752.348)	(15.427.464)	(4.419.739)	(15.434.656)
Total Geral Líquido		1.092.331	-	3.564.116	-

a) *Créditos junto às Usinas* - valores de confissões de dívidas relativas à execução de garantias pelo Banco Sogeral S/A, contra a Perpart, fiadora de operações de créditos entre as Usinas e a instituição financeira, relativa a operações de adiantamentos efetuados, através de contratos de câmbio para exportação de açúcar. Encontra-se em andamento judicial movida pela Perpart, contra as Usinas, objetivando a recuperação dos valores pagos ao Banco Sogeral S/A. Por recomendação da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco (PGE-PE), através do Parecer nº 12/99-A, de 26/11/1999, foi suspensa a apropriação de encargos financeiros sobre os referidos créditos. Em 31/12/2002, constituiu-se estimativa para perdas, em igual montante.

(b) *Créditos das entidades extintas* - o crédito no valor de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), do Ativo Não Circulante, é decorrente de adiantamento efetuado às empresas de ônibus integrantes do sistema de transporte outrora administrado pela extinta Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), por conta de diferença de

tarifa pleiteada por aquelas empresas, através de ação interposta pelo sindicato da categoria em tramitação na justiça cível.

(c) *Créditos da Perpart* - constituídos pelos recebíveis decorrentes das operações objeto da Companhia, com destaque para a cessão de pessoal. Os valores mais representativos em 31/12/2016 correspondem a Prefeitura da Cidade do Recife, Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (Ceasa-PE) e ao Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco (Detran-PE).

(d) *Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa* - após alcançar 120 dias de vencidos, os créditos não recebidos são encaminhados ao departamento jurídico da Companhia, tornando-se passíveis de judicialização. Quando os respectivos créditos satisfazem a condição descrita, são constituídas estimativas para perdas do valor recuperável a receber.

6. Tributos a Compensar e/ou Recuperar

Em milhares de Reais	Item	31/12/2016	31/12/2015
IRRF a recuperar	(a)	570.058	2.300.946
Cofins a recuperar	(b)	1.247.118	1.246.112
Demais Tributos a compensar e/ou recuperar		657.541	629.763
Total		2.474.717	4.177.822

(a) IRRF resultante sobre a aplicação financeira realizada pela extinta Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) cujos créditos foram objeto de pedidos de restituição à Receita Federal do Brasil (RFB). Em 2016 uma parcela significativa dos pedidos foram compensados de ofício pelo fisco com débitos parcelados na Lei 10.864/03 (PAES).

(b) Valores relativos a pedidos de restituição/compensação, encaminhados à RFB, decorrentes da utilização de despesas geradoras de créditos sobre a base de cálculo apurada da Cofins não Cumulativa, conforme disposto no art. 3º da Lei Federal 10.833/03.

7. Estoques/ Almojarifado

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e sua composição representada por materiais de consumo.

Em milhares de Reais	31/12/2016	31/12/2015
Almojarifado	53.783	52.215

8. Seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

9. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais decorrem de sequestros em contas-corrente, penhoras e condenações. Seus valores são contabilizados individualmente e identificados por processo. A baixa do depósito ocorre por motivo de extinção de perspectiva de benefício econômico futuro pela expedição de alvará de autorização de saque para as partes integrantes do processo.

10. Propriedades para Investimento

Propriedades para investimento é composta principalmente por imóveis comerciais alugados a terceiros. Cada locatário tem contrato com período inicial não revogável de 2 anos, com o valor anual do aluguel indexado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Renovações subsequentes são negociadas com período médio de 2 anos.

As demais propriedades não utilizadas na operação ou não destinadas para venda à curto prazo, são mantidas com o objetivo de valorização futura.



Em milhares de Reais	Item	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial		5.714.710	5.714.710
Adições (+)		4	-
Baixas (-)	(a)	(2.158.762)	-
Alteração do valor justo	(b)	9.948.093	6.097.169
Total		13.504.045	11.811.880

(a) Conforme Orientação Técnica Geral - OTG 04 Cessão de bens, no momento da cessão a empresa perde o controle, riscos e benefícios do bem, desta forma é remetido a baixa do ativo. De acordo com a mesma orientação, caso a cessão seja uma transferência "gratuita" de imóvel a terceiro (cessionário), entende-se que não seria aplicável, por parte do proprietário (cedente), a tributação de IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins.

(b) Os laudos de avaliação dos imóveis para investimentos foram elaborados em 2016. As alterações significativas nos valores foram contabilizadas em contas de controle, conforme demonstrado no quadro acima.

As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo quaisquer alterações no valor justo reconhecidas no resultado. Os ganhos ou as perdas são mensurados através de laudos de avaliação imobiliária expedidos por corpo próprio de profissionais, quando identificados indícios de alterações relevantes em seu valor de mercado.

11. Outros Investimentos

Ativos representados por títulos patrimoniais (ações preferenciais e ordinárias) de longo prazo nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle.

Reconhecidos inicialmente pelo custo histórico e mensurados ao valor justo por meio do resultado. São administrados e monitorados ativamente utilizando-se o preço cotado em mercado ativo para item idêntico.

Em milhares de Reais	31/12/2016	31/12/2015
Preferenciais	33.894	36.426
Ordinárias	60.023	53.634
Ações mensuradas pelo valor justo	93.917	90.060

12. Imobilizado

12.1. Mensuração

A emissão de laudos de avaliação sobre os imóveis classificados como ativo imobilizado, revelou significativas variações nos preços de aquisição desses ativos utilizados como base para revisão das depreciações e respectivas vidas úteis, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Discriminação	Custo histórico (R\$)	Valor dos laudos (R\$)
Terreno	5.546.166	6.529.856
Edificação (depreciado)	222.832	4.258.670
Total	5.768.998	10.788.526

12.2. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade.

12.3. Depreciação

A depreciação sobre edificações são reconhecidas no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:	Em anos
Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	5 - 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

RMA

CW

Em milhares de Reais	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Bens de Informática	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.760.659	156.306	-	491.456	6.408.421
Adições (+)	17.090	5.192	18.511	8.358	49.151
Alienações (-)	-	(457)	-	(45.082)	(45.539)
Reclassificação					
Depreciação acumulada (-)	(8.751)	(27.806)		(67.580)	(104.137)
Saldo em 31 de dezembro 2016	5.768.998	133.235	18.511	430.552	6.307.896

Em março de 2016, ocorreram baixas motivadas por leilão realizado pela Secretaria de Administração (SAD), que incluiu bens móveis de vários órgãos do Estado.

13. Teste da Redução ao Valor Recuperável (*impairment*)

A cada encerramento de período, a Companhia revisa os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação. Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através de seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Não houve indicações de que um ativo tenha sofrido desvalorização no decorrer do exercício, levando em consideração os preceitos adotados pela Administração, baseados no Pronunciamento Técnico CPC nº 01.

14. Empréstimos e Financiamentos

Em milhares de Reais	Item	31/12/2016		31/12/2015	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Projeto Ponte do Maduro - CEF	(a)	90.156	-	1.035.971	87.015
Dívida Vincenda STN/BB	(b)	14.921.854	28.020.073	42.724.805	42.039.859
Total		15.012.011	28.020.073	43.760.776	42.126.874

(a) *Projeto Ponte do Maduro* - corresponde ao Contrato nº 32.050-18, na Caixa Econômica Federal (CEF), para financiamento de projeto de infraestrutura, com vencimento da última parcela para janeiro de 2017. O contrato está sujeito a juros de 5,5% a.a. e correção mensal pela variação da Unidade Padrão de Remuneração (UPR).

(b) *Dívida Vincenda STN/BB* - corresponde às prestações dos contratos de financiamento originários da extinta Cohab-PE, junto à CEF, refinanciados pelo Banco do Brasil (BB). Seu vencimento em dezembro de 2020 foi renegociado para dezembro de 2025. Cada contrato está sujeito a juros em conformidade com a taxa preestabelecida, com correção mensal pela UPR. Tem como credor a Secretaria de Tesouro Nacional (STN) e como agente financeiro o Banco do Brasil (BB). A CEF figura apenas como agente operador do financiamento.

15. Parcelamentos Fiscais

Em milhares de Reais	Item	31/12/2016		31/12/2015	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Previdenciário					
PAES - Previdenciário	(a)	2.115.711	643.968	2.115.711	2.759.679
Lei 11.941/09 - Previdenciário	(b)	1.888.971	12.903.754	1.888.971	14.792.725
Simplificado	(c)	197.579	444.553	197.579	642.132
Não previdenciário					
PAES - Não previdenciário	(a)	-	-	715.216	602.085
Lei nº 11.941/09 - Não previdenciário	(b)	1.210.542	7.782.460	1.229.707	9.248.942

Parcelamento CLT	(d)	3.144	-	29.553	-
Parcelamento IPTU	(d)	5.952	180.369	5.952	180.369
Parcelamento SPU	(d)	84.063	99.319	70.044	122.631
Total (1)		5.505.962	22.054.423	6.252.733	28.348.563
Juros s/ parcelamento previdenciário	(e)				
PAES - Previdenciário		1.700.650	850.325	1.656.412	2.484.618
Lei 11.941/09 - Previdenciário		1.383.672	9.451.999	1.133.572	8.877.113
Simplificado		43.211	97.223	17.051	55.416
Juros s/ parcelamento não previdenciário	(e)				
PAES - Não previdenciário		-		607.479	511.391
Lei 11.941/09 - Não previdenciário		888.328	5.711.064	739.479	5.467.451
Parcelamento CLT		4.715		49.703	15.543
Parcelamento SPU		25.918	8.600	17.406	11.496
Total (2)		4.046.494	16.119.211	4.221.029	17.423.028
TOTAL GERAL (1+2)		9.552.456	38.173.633	10.473.762	45.771.591

(a) PAES - corresponde ao parcelamento especial da Lei Federal nº 10.684/03, relativo à totalidade dos débitos com a Fazenda Nacional, vencidos até 28 de fevereiro de 2003. Os valores foram parcelados em 180 meses.

(b) Lei Federal nº 11.941/09 - corresponde ao parcelamento especial de débitos com a Fazenda Nacional, vencidos até 30 de novembro de 2008. Os valores foram parcelados em 180 meses.

(c) Simplificado - corresponde ao parcelamento realizado sobre débitos previdenciários relativos às contribuições sobre terceiros (Sesc, Senai etc), cujo saldo será amortizado em 60 meses.

(d) Parcelamentos CLT, SPU e IPTU - são os demais débitos parcelados pela Companhia, correspondentes às obrigações relativas a CLT, SPU e IPTU, sendo este último objeto de pedido de impugnação, requerido à Prefeitura do Recife no ano de 2014.

(e) Juros sobre parcelamento - valor dos juros incorridos até 31/12/2015, sobre as dívidas fiscais parceladas pela Companhia.

16. Provisão para Contingência

Provisões compostas por processos trabalhistas, cíveis e fiscais. A Administração, consubstanciada na opinião emitida pelo seu departamento jurídico e escritórios terceirizados contratados, mantém provisão para contingência, suficiente para cobrir possíveis perdas relativas aos processos atualmente em andamento.

Em milhares de Reais	Item	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhista	(a)	6.740.251	10.268.947
Cíveis	(b)	30.536.935	83.205.958
Fiscais	(c)	31.542.882	34.227.984
Total		68.820.068	127.702.890

(a) Valor correspondente aos processos judiciais tendo como ré constituída, principalmente, as extintas Cohab-PE, Emater, Fisepe, Ceagepe e EMTU.

(b) Saldo remanescente de processos das extintas Cohab-PE, Emater, Ceagepe, Fisepe e EMTU.

(c) Relativos, predominantemente, a tributos municipais movidos pelas prefeituras de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes contra as companhias extintas, e incorporadas à Perpart.

As ações cujo grau de risco foram classificadas como possíveis montam em R\$ 519.991 (quinhentos e dezenove mil, novecentos e noventa e um reais).

D

RAM

C

17. Obrigações de Entidades Extintas

Em milhares de Reais	Item	31/12/2016	31/12/2015
EMTU	(a)	42.722.103	43.214.719
Total		42.722.103	43.214.719

(a) Obrigações referentes a um possível déficit decorrente da incorporação da EMTU pela Companhia em janeiro de 2010.

18. Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

18.1 Capital social

A Lei Estadual nº 14.628/12, autorizou o aumento do capital social da Perpart, no total de R\$ 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões de reais), com base no § 3º do artigo 3º da Lei Estadual nº 11.314/1995, a ser subscrito pelo Estado de Pernambuco, seu acionista controlador. O valor destina-se ao saneamento financeiro da Companhia.

Em 29 de abril de 2016, a totalidade dos acionistas que compõem o quadro societário da Companhia, reuniram-se e realizaram a Assembleia Ordinária/Extraordinária (AGO/AGE) aprovando as contas do exercício de 2015, inclusive a integralização dos valores recebidos naquele período a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no montante de R\$ 67.135.439 (sessenta e sete milhões, cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais), conforme constou em ata. Em decorrência da não observância aos parágrafos §3º e §4º do art. 133 da Lei Federal nº 6.404/76 que tratam dos prazos para publicação do Report, ficou prejudicado o registro da integralização do AFAC ao Capital Social dentro do exercício de 2016.

Aos acionistas serão atribuídos em cada exercício, quando aplicável, dividendo não inferior a 25% dos lucros líquidos, de acordo com a legislação societária.

18.2 Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

O valor de R\$ 50.986.261 (cinquenta milhões, novecentos e oitenta e seis mil, duzentos e sessenta e um reais) representa o aporte de recursos, efetuados pelo Estado de Pernambuco em 2016 para integralização no ano de 2017 por ocasião da realização AGO/AGE.

18.3 Prejuízos acumulados

A conta prejuízos acumulados foi impactada em 2016 pela ocorrência de lucro no exercício, no valor de R\$ 47.643.483 (quarenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais). O resultado positivo foi motivado pela reversão das provisões de contingências, necessárias a adequação das expectativas com as perdas e pelas avaliações a valor justo dos imóveis mantidos como propriedade para investimento.

O lucro auferido no exercício será absorvido pelo saldo dos prejuízos acumulados, conforme preceitua o art. nº 189, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

19. Receita Líquida

Em milhares de Reais	Item	31/12/2016	31/12/2015
Receita Bruta	(a)	6.273.704	5.864.275
Deduções (-)		(489.020)	(451.115)
ISS		(4.675)	(1.650)
PIS		(86.397)	(80.175)
COFINS		(397.948)	(369.290)
Receita Líquida (=)		5.784.685	5.413.160

(a) Receita bruta - representada por recebíveis decorrentes da operação da Companhia, com destaque para a cessão de pessoal, firmada através de convênios com diversos órgãos públicos não pertencentes ao orçamento fiscal do executivo estadual.

20. Resultado Financeiro

Em milhares de Reais	Item	31/12/2016	31/12/2015
Receita Financeira			
Juros e multas		2.805	5.407
Outras receitas financeiras		64.967	18.595
Atualização de créditos fiscais		550.565	23.265
Total Receita Financeira		618.337	47.268
Despesas Financeiras			
Juros e encargos		(5.208.218)	(7.283.434)
Variação monetária		(1.088.371)	(1.899.239)
Total Despesa Financeira		(6.296.589)	(9.182.673)
Resultado	(a)	(5.678.252)	(9.135.405)

(a) Resultado financeiro - o resultado negativo é decorrência das despesas com juros e atualizações monetárias dos parcelamentos fiscais.

21. Fundos Especiais

Conforme legislação estadual específica, a Perpart administra diversos Fundos Especiais, cujos balanços de 31/12/2015 apresentam os seguintes valores de patrimônio:

FUNDOS	2016	2015
FRF – Fundo de Regularização Fundiária	2.425.853	2.199.973
PRODEPE – Fundo para Programas Especiais de Pernambuco	-	-

A Lei Estadual nº 15.145, de 08 de novembro de 2013, criou o Fundo Estadual de Regularização Fundiária (FRF) e autorizou a Perpart a adotar medidas para regularização, liquidação e incorporação de operações ao FRF de fundos indicados no citado normativo.

Diretoria:

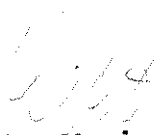
Oscar Victor Vital dos Santos – Diretor presidente

Abílio Xavier de Almeida Neto – Diretor Financeiro e de investimentos

Roberta Alencar de Aquino Lessa – Diretora de Administração e Planejamento

Carlos Eduardo Rodrigues Montarroyos – Superintendente Contábil e Fiscal

CRC-PE 16.377/O-3



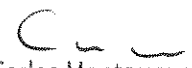
Abílio Xavier
 Diretor Financeiro e
 de Investimentos
 Matr. 9835-3

Conselho Fiscal:

Severino Ramos de Oliveira - Presidente

Amaro José da Silva Andrade

Gilson Assunção Flôrencio



Carlos Montarroyos
 Superintendente Contábil e Fiscal
 Matr. 9686-6

Conselho de Administração:

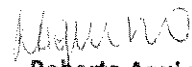
Milton Coelho da Silva Neto - Presidente

Antônio César Caúla Reis

Rodrigo Gayger Amaro

Djalmo de Oliveira Leão

Marcelo Andrade Bezerra Barros



Roberta Aquino
 Diretora de Administração
 e Planejamento
 Matr. 9616-4